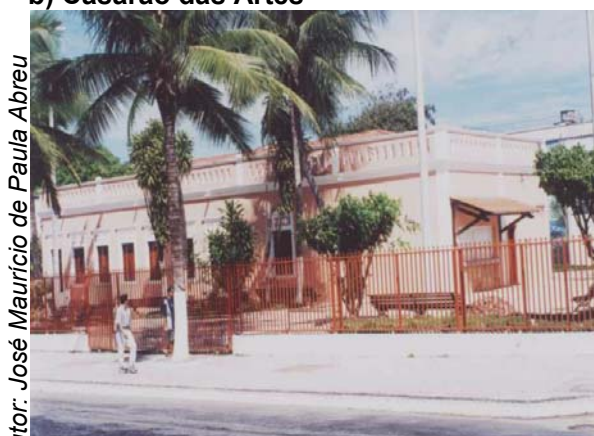


b) Casarão das Artes



Autor: José Maurício de Paula Abreu

Figura PAT 76. Casarão das Artes

- Localização: R. Coronel Corrêa nº 2000 – Centro.
- Proprietário: Prefeitura Municipal de Caucaia.
- Uso atual: Secretaria de Desenvolvimento Econômico/ Fundação de Turismo, Esporte e Cultura.

c) Casa do Sítio São Pedro e Capela Nossa Senhora da Paz

- Localização: Primavera (distrito de Guararu).
- Época da construção: Início do século XX.

d) Igreja Nossa Senhora de Santana

- Localização: Vila de Tucunduba.
- Época da construção: sem registro.

e) Casa do Sítio Olho d'Água

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: sem registro.

f) Casa da Fazenda Angico

- Localização: Várzea dos Buracos (Distrito de Catuana).
- Época da construção: sem registro.

g) Casa do Sítio dos Tibúrcios

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: início do século XX.

h) Igreja de Santa Tereza

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: último quartel do século XIX.

i) Casa do Sítio Santo Amaro

- Localização: Distrito de Tucunduba.
- Época da construção: meados do século XIX.

j) Casa do Sítio Matões

- Localização: Matões (Distrito de Guararu).
- Época da construção: início do século XX.

l) Casa do Sítio Boa Vista dos Cunha

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: Década de 1860.

m) Residência e casa de farinha do Sítio Itapará

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: início do século XX.

n) Casa e capela do Sítio Cararu

- Localização: Próximo ao Açude Cararu (distrito de Catuana).
- Época da construção: sem registro.

o) Casa do Sítio Caraúbas

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: sem registro.

p) Casa do Sítio São João

- Localização: Distrito de Tucunduba.
- Época da construção: início do século XX.

q) Casa do Sítio Água Boa

- Localização: Próximo ao Açude Água Boa (distrito de Catuana).
- Época da construção: sem registro.

r) Casa da Fazenda Rodeador

- Localização: Distrito de Tucunduba.
- Época da construção: sem registro.

s) Casa da Fazenda Lagoa Nova

- Localização: Distrito de Catuana.
- Época da construção: século XIX.

t) Igreja de São Pedro

- Localização: Carauçanga (distrito de Tucunduba).
- Época da construção: primeiro quartel do século XX.

u) Casa do Sítio dos Fagundes

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: 1922.

v) Casa do Sítio Cambeba

- Localização: Distrito de Guararu.
- Época da construção: 1880.

• Paracuru

Em Paracuru foram identificados os seguintes bens representativos:

a) Casa do início do século XX

- Localização: Centro da cidade.
- Época da construção: 1903.

b) Casa de farinha e engenho de rapadura

- Localização: Av. Antônio Sales, s/nº – Centro
- Época da construção: 1970.

c) Casa da família Góes Batista

- Localização: Distrito de Jardim.
- Época da construção: sem registro.

d) Igreja de São José

- Localização: Distrito de Jardim.
- Época da construção: sem registro.

• **Paraipaba**

a) Casa amarela

- Localização: R. Antônio Eusébio, s/nº – Monte Alverne.
- Época da construção: 1928.

• **Camocim**

a) Empresa de Algodão Ltda.



Autor: José Maurício de Paula Abreu

Figura PAT 77. Empresa de Algodão Ltda

- Localização: R. General Tibúrcio s/nº – Centro.
- Época da construção: sem registro.

b) Prédio da Usina de Força e Luz



Autor: José Maurício de Paula Abreu

Figura PAT 78. Prédio da Usina de Força e Luz

- Localização: R. General Tibúrcio s/nº – Centro.
- Época da construção: primeira metade do século XX.

Autor: José Maurício de Paula Abreu



Figura PAT 79. Associação Comercial

c) Associação Comercial

- Localização: R. Dr. João Thomé, nº 346 – Centro.
- Época da construção: sem registro.

Autor: José Maurício de Paula Abreu

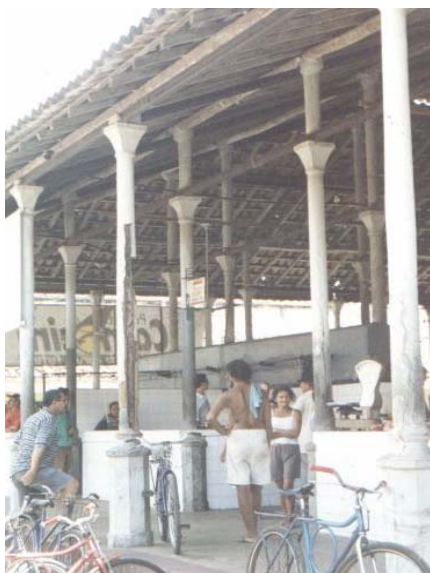


Figura PAT 80. Mercado Público

d) Mercado público

- Localização: Praça Pinto Martins, s/nº.
- Época da construção: década de 1930.

3.4.4. Conclusão e tratamento dos problemas identificados

Na elaboração desse diagnóstico, o Patrimônio Histórico da ÁREA DE PLANEJAMENTO foi avaliado, visando sua inclusão no âmbito do PRODETUR/CE II. Conjuntos arquitetônicos ou bens isolados presentes na área em questão, desde que recebam ações que visem sua preservação ou restauração, poderão dinamizar ainda mais o turismo na região, ao mesmo tempo em que possibilitarão ao turista (re)conhecer as particularidades histórico-culturais materializadas nesses bens.

A análise mostrou que é urgente e emergencial a integração do rico patrimônio existente em toda a área estudada ao produto turístico oferecido atualmente. Embora alguns bens já venham sendo explorados, é importante que eles sejam melhor aproveitados, maximizando seu potencial.

Em termos de proteção oficial, existem, atualmente, apenas 22 bens tombados em toda a área estudada. Outros tantos, indicados ao longo do trabalho, inseridos da nova política de preservação em curso, estão sendo vislumbrados em estudos que deverão

culminar com a instituição de seus tombamentos. Esperam, desse modo, ações pontuais para serem, de fato, transformados, ou melhor, utilizados como produtos turísticos

Logo, o diagnóstico do patrimônio histórico e cultural não se restringiu aos limites impostos pelo termo de referência, ou seja, “aquelas áreas e/ou edifícios isolados que tenham sido tombadas por órgão federal, estadual ou municipal” e considerou um universo mais amplo composto por bens com intenção de tombamento e bens representativos para cada Município. Esta deliberação, longe de qualquer opção meramente subjetiva ou predileção pessoal, toma por base a concepção de monumento histórico consignada na *Carta de Veneza* (1964) – documento resultante de um congresso internacional sobre diretrizes para a conservação e restauro de monumentos e sítios –, que já frisava a extensão do referido conceito a obras humanas cujo sentido, em termos culturais, independe de seu porte físico, exuberância estética ou refinamento técnico: *“Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”*

A visita “in loco”, a fim de verificar as condições físicas, de infra-estrutura, condições de atendimento e de fluxo de visitação, mostrou que a situação de cada bem é diferente. Alguns encontram-se integrados à atividade turística, estão em razoável estado de conservação e outros estão abandonados, sendo inclusive difícil o acesso até eles.

Por isso, algumas recomendações são necessárias, de modo a viabilizar a resolução dos problemas encontrados e já identificados no capítulo Patrimônio Histórico e Cultural.

Entende-se ser necessário o inventário ou cadastro dos bens imóveis de importância histórico-cultural da ÁREA DE PLANEJAMENTO. Com essa ação, será possível proteger legalmente tais bens, intervir na sua preservação e transformá-los em atrativo turístico. No caso de Fortaleza, já existe o termo de referência (o Plano de Recuperação do Patrimônio de valor Histórico do Centro Antigo de Fortaleza) que deverá disciplinar essa ação emprestando-lhe coesão conceitual, visão de conjunto e acompanhamento sistemático por parte dos órgãos competentes. A envergadura desse projeto, com o foco voltado ao processo de identificação e inventariação de edificações representativas que testemunhem o desenrolar temporal da porção mais central de Fortaleza, deve servir como impulso para novas iniciativas de requalificação de bens isolados ou áreas urbanas de reconhecida importância patrimonial, cujo desamparo tem comprometido a valorização da memória local e o incremento do turismo cultural. Por seu rigor, estrutura e amplitude, o inventário dos bens constitui elemento primordial ao conhecimento seguro das condições físicas e de visitação, da integração com o entorno e das perspectivas para novos usos das edificações, respeitando a compatibilidade entre sua composição original e as funções contemporâneas que podem exercer. Como bem observa o DEPAC (órgão da SECULT responsável pelo projeto), o inventário termina por se constituir na *“base para ressaltar as forças chaves, as necessidades prioritárias, o potencial para introduzir melhoras, para desta forma poder realizar corretamente qualquer política integrada de recuperação.”* Mais que enumerar bens arquitetônicos e suas respectivas características, o inventário deve ser empregado como instrumento técnico e crítico de orientação para formular políticas culturais (em nível estadual e/ou municipal) concernentes à preservação do patrimônio histórico.

Dois outros municípios integrantes do Pólo Costa do Sol devem ser contemplados com projetos de estudo e pesquisa sistemática de seu acervo edificado. São eles: Camocim e Aquiraz. No caso de Aquiraz, encontra-se parcialmente elaborado o projeto de Inventário do Patrimônio Histórico local (orçado em US\$ 90.000,00), medida que se afirma em consonância com as diretrizes do PDDU municipal, cujo escopo também sinaliza a requalificação do centro histórico. É sabido que inventariar bens imóveis de representatividade notória ou presumida exige uma série de procedimentos científicos e trabalho interdisciplinar, conjugando diversos campos de conhecimento que atuam em regime de colaboração, a fim de melhor proceder à investigação de edificações isoladas ou

conjuntos arquitetônicos, descrevendo seus componentes estilísticos e históricos, seu estado de conservação, as possibilidades de adequação a usos atuais e sua interação com a dinâmica sócio-econômica do município. Aquiraz possui um dos mais antigos e preciosos patrimônios edificados do Ceará, dada a precocidade de sua colonização. Ali se encontram exemplares remanescentes do século XVIII e primórdios do XIX, alguns inclusive tombados (Mercado da Carne, Igreja Matriz São José de Ribamar, Casa de Câmara e Cadeia) e outros igualmente relevantes (ruínas do hospício (hospedaria) dos jesuítas, casa do capitão-mor e residências contíguas), além de construções que merecem estudo mais prolongado para aferir seu valor cultural. Mediante a confecção do inventário, geram-se condições mais propícias ao aproveitamento turístico e urbanístico do patrimônio de Aquiraz em termos de lazer, sociabilidade e informação sobre a memória do lugar. Os bens aí enumerados podem inclusive vir a ser alvo de tombamento legal. A ultimação deste documento pode, outrossim, estimular a elaboração de políticas urbanas antenadas com a necessidade de preservação e conservação do patrimônio histórico, assegurando a manutenção de um conjunto arquitetônico harmonioso, coibindo usos inadequados desses prédios e combatendo a eventual degradação do entorno do centro antigo. A pertinência de proceder à inventariação de edificações ou sítios históricos se insere num esforço maior, que é o de buscar a conciliação possível entre o respeito ao passado e as pressões do desenvolvimento, sem descuidar da apropriação responsável dos bens culturais no recrudescimento das atividades econômicas e turísticas – exigência claramente observada já em 1967, por ocasião da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, sob os auspícios da OEA (Organização dos Estados Americanos), e que teve como resultante o documento intitulado *Normas de Quito*: *“está se aceitando implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso. (...) A necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais já é hoje em dia uma norma inviolável na formulação dos planos reguladores, em nível tanto local como nacional. Nesse sentido, todo plano de ordenação deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental.”*

Camocim, por seu turno, também deve ser beneficiada com a produção de um Inventário do Patrimônio Histórico (custo estimado em US\$ 85.000,00) – medida necessária à avaliação segura das potencialidades do município, em termos de acervo edificado, tendo em vista seu aproveitamento sustentável para o aumento do fluxo de visitantes. A localização privilegiada do centro urbano, margeando o leito do rio Acaraú, oferece uma bela paisagem natural a que se poderiam agregar outras esferas de interesse, dentre elas a fruição cultural – perspectiva que vem adquirindo gradativamente maior proeminência na definição e implementação de roteiros turísticos. Nesse perímetro central e em suas adjacências, resiste um casario bastante diversificado, conjugando igrejas, prédios com funções administrativas, mercados, moradias populares, estação ferroviária e construções anexas, armazéns para depósito de mercadorias, majoritariamente erguidas entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, quando Camocim viveu um momento de prosperidade econômica, mormente devido à intensificação de suas atividades portuárias. Técnicos do IPHAN e do DEPAC efetuaram visitas ao centro da cidade, demonstrando disposição e interesse em realizar estudos para sugerir eventuais tombamentos de bens arquitetônicos, assinalando a representatividade da arquitetura local e prescrevendo medidas protecionistas. Essa iniciativa deve inclusive fomentar a realização do inventário, cuja necessidade já não estaria confinada à identificação e registro dos imóveis de relevância histórica (guarnecidos por pesquisa do desenvolvimento urbano local ao longo do tempo, levantamento iconográfico, produção de plantas, análise do estado de conservação, descrição pormenorizada e datação aproximada da edificação, formação de um banco de dados), mas implicaria uma apreciação de conjunto da respectiva área, aferindo sua significação patrimonial e propondo orientações quanto aos princípios de preservação dos bens, seu usufruto contemporâneo e a necessidade de integração dos diversos prédios entre si e com o entorno no qual se situam, que inclui praças e outras áreas verdes. A partir do inventário, pretende-se ainda disciplinar os usos dessas edificações no

momento presente, a fim de arrefecer o processo de deterioração a que estiveram submetidas, agravado por anos de falta de manutenção ou simples abandono funcional. Em suma, a criação do inventário de Camocim é não somente oportuna, mas imprescindível aos propósitos de melhoria da qualidade de vida, revalorização do patrimônio histórico e geração de maior receita com o turismo. Cabe destacar mais um ponto: o inventário se presta como instrumento de apoio no planejamento continuado de políticas urbanas e projetos especificamente voltados para conservação e restauro dos bens culturais. Como exemplo, merece referência o Projeto do Parque Urbano, incluso do PDDU municipal e lastreado por um plano detalhado e amplamente discutido com a comunidade local, com vistas a ocupar a área correspondente ao complexo ferroviário (desativado), articulando-a ao centro histórico e promovendo uma diversidade de eventos culturais destinados ao lazer da população e à maior projeção da atividade turística na região. Mediante o inventário, torna-se possível avaliar os reais impactos que a criação do Parque Urbano deverá imprimir à dinâmica espacial e ao estado de conservação do conjunto arquitetônico antigo, a ser respaldado por medidas eficazes que assegurem sua proteção. Esse cuidado regulador no que diz respeito à utilização apropriada dos equipamentos de cultura e entretenimento, que por sua natureza se relacionam estreitamente à história e à memória dos lugares, faz eco a observações referendadas em procedimentos internacionais de defesa e conservação de monumentos e edificações significativas, conforme se depreende das *Normas de Quito (1967)*: “Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento.” Cite-se ainda o projeto de recuperação de fachadas (a ser elaborado, no valor de US\$ 250.000,00), cujo objetivo é proceder à recomposição aproximada das formas originais da porção de maior visibilidade externa das edificações antigas. Com base no inventário do patrimônio, acabam sendo formulados parâmetros gerais capazes de balizar a seleção dos prédios a serem contemplados com essa e outras medidas de preservação e aformoseamento do espaço urbano de Camocim. Considera-se, portanto, a extrema necessidade de produção dos inventários nesses três municípios (Fortaleza, Aquiraz, e Camocim), dado seu papel ordenador das propostas de ingerência cultural e ambiental por parte de órgãos públicos ou de particulares, favorecendo assim um maior disciplinamento e controle técnico sobre iniciativas que possam impactar as áreas de interesse histórico, artístico e arquitetônico.

No que tange, especificamente, aos bens tombados em quaisquer das esferas institucionais, seguem algumas recomendações, dentre as quais se destaca aquela que envolve as intervenções de restauro e/ou conservação dos respectivos prédios, muitos dos quais se encontram em estado não condizente com a sua importância oficial ou cultural. Pontualmente, recomendam-se as seguintes ações:

Tabela PAT 01. Intervenções propostas nos bens históricos tombados

Fortaleza
<ul style="list-style-type: none"> Restauração do edifício da SUCAP/COELCE, Palacete Carvalho Mota (Museu das Secas), Praça General Tibúrcio, Casa de José de Alencar e Igreja do Rosário (incluindo os trabalhos de prospecção arqueológica nesta última).
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação: Teatro José de Alencar, Museu do Ceará, Cadeia Pública, Estação João Felipe, Passeio Público, Cine São Luiz, Farol do Mucuripe, Palácio da Luz, Solar Fernandes Vieira, Praça General Tibúrcio, Teatro São José, Igreja Santa Terezinha.
<ul style="list-style-type: none"> Atenção especial deve ser dada a obras de melhoria das instalações do Museu do Maracatu, no Teatro São José; o próprio acervo necessita receber um melhor tratamento, bem como um novo projeto de expografia. O potencial desse museu é incalculável, considerando-se sua importância para a cultura cearense e sua localização
Caucaia
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação da Casa de Câmara e Cadeia.

Continuação da Tabela PAT 01

São Gonçalo do Amarante
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação e iluminação noturna da Igreja de Nossa Senhora da Soledade
Itapipoca
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação da “Casa Branca”.
Aquiraz
<ul style="list-style-type: none"> Intervenções no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia para adaptá-la à nova proposta museológica e museográfica feita, e no Mercado da Carne, que deverá e poderá ter seu uso dinamizado com a instalação de um café e de boxes para venda de artesanato. Obras de restauro: Igreja Matriz de São José de Ribamar.

(Elaboração: Ruschmann Consultores, 2002)

A segunda recomendação é redefinir os usos de algumas edificações a fim de garantir sua efetiva conservação ao longo do tempo. Em Fortaleza, recomenda-se especial atenção ao edifício da SUCAP, ao Museu das Secas e ao Passeio Público. O Cine São Luiz encontra-se sob constante ameaça de fechamento em decorrência do abandono do público local, que prefere as salas *multiplex* dos *shoppings centers*, supostamente mais seguras. A garantia de segurança por parte das autoridades competentes seria uma forma de resgatar o público. Além do mais, o cinema poderia ser incluído em roteiros turísticos, inclusive com a exibição de produções locais em horários específicos e diferenciados.

Deve-se lembrar que, o tombamento não deve constituir a única forma de proteção dos bens representativos da história e memória dos lugares. No caso de Fortaleza, vale mencionar o caso do Centro Artístico Cearense – edificação tombada pela municipalidade e que foi demolida no final da década de 1990. Mais que simplesmente assegurar este dispositivo de proteção legal, torna-se indispensável investir nos usos potenciais e efetivos que tais prédios venham a ter, salientando seu incremento. Um bom exemplo é o Palacete Thomaz Pompeu, bem não tombado (existe indicação para sua proteção legal), que foi restaurado com recursos do Tesouro do Estado e se tornou sede de uma Escola de Artes e Ofícios, destinada à capacitação profissional de adolescentes carentes. Dali sairá mão-de-obra para trabalhos na área de conservação em materiais diversos, como madeira e alvenaria. A inserção do prédio na dinâmica da comunidade, qualificando seus jovens, formando-os para um mercado com demanda crescente, constituirá a maior fiança de sua longevidade. Outra edificação não tombada, recebendo inclusive adequação para as demandas do turismo, é a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção – baluarte militar em torno do qual nasceu o povoado colonial que viria a tornar-se a capital do Ceará –, que por seu inquestionável valor enquanto referencial do patrimônio local, tem sido incorporada nos *city tours* das agências. Os dois exemplos, especialmente se contrastados à infeliz demolição do Centro Artístico Cearense, fazem referência a medidas mais eficazes que o tombamento “puro e simples”, e demonstram a necessidade incontornável de imprimir aos bens de patrimônio usos adequados, que favoreçam sua vocação para o turismo cultural.

A terceira recomendação é possibilitar a ampliação das edificações do Museu do Ceará, em Fortaleza, e do Museu São José de Ribamar, em Aquiraz. Os museus possuem potencialidades imensas de requalificar centros históricos, já que atraem, diariamente, um considerável público formado principalmente por estudantes e turistas. As duas edificações citadas já não comportam as múltiplas funções que lhes cabem nos dias atuais. Seria, ainda, de extrema importância para a memória dos fortalezenses, bem como para os turistas, a reincorporação dos dois planos inferiores do Passeio Público, em Fortaleza, devolvendo ao espaço formas mais próximas de sua configuração original. Atualmente, apenas o plano superior encontra-se disponível para atividades de lazer; os outros dois, historicamente ligados à sociabilidade das camadas médias e segmentos populares de Fortaleza na virada do século XIX para o XX, ressentem-se de uso restrito e pouco apropriado, como estacionamento de veículos e estande de tiro da 10ª Região Militar. A devolução desta área de lazer ao usufruto público, por sua beleza, sua privilegiada vista em

belvedere e o frescor da brisa marinha, constituiria uma iniciativa de inestimável valor, notadamente enquanto atrativo turístico, uma vez que o Passeio Público é parada obrigatória no roteiro de visitação aos núcleos históricos da capital cearense.

De um modo geral, o centro de Fortaleza reúne algumas das mais expressivas construções de valor arquitetônico da cidade, nos séculos XIX e XX. A integração destes prédios em conjuntos históricos, assim como medidas de preservação e disciplinamento em seu uso, podem reverter positivamente em melhorias nas condições de atendimento e visitação encontradas pelos turistas que se dirigem ao perímetro central. Investimentos no potencial turístico da área devem mesmo assinalar sua maior valorização, propiciando ao visitante um alargamento nas suas opções de lazer e cultura, em que à diversidade das belezas naturais (em especial a costa litorânea) vem juntar-se a riqueza simbólica do patrimônio histórico.

Por fim, no que toca aos bens tombados, seria fecundo o desenvolvimento de uma ação de estudo e prospecção arqueológica na área circunscrita ao Farol do Mucuripe, no qual existiu um fortim do final do período colonial, como parte de um conjunto de baterias militares que guarneciam a enseada do Mucuripe. A preocupação das autoridades portuguesas na defesa de seus núcleos urbanos coloniais, especialmente aqueles situados em região litorânea (portanto mais sujeitos a incursões hostis de tropas estrangeiras), poderia ser realçada com a escavação dessas ruínas, cuja visibilidade favoreceria inclusive um contraponto com o Forte de Nossa Senhora da Assunção, ao disponibilizar para o conhecimento do visitante comum outros indícios de arquitetura militar que pontilharam as imediações da cidade em seu longo processo de ocupação e desenvolvimento urbano. Esse patrimônio arqueológico, desde que devidamente potencializado por mecanismos didáticos, poderia dinamizar turisticamente a área do farol.

No que se refere aos bens “com intenção de tombamento”, a recomendação mais premente reside no aprofundamento dos estudos sistemáticos sobre o histórico das construções, as reformas que sofreram, seu lugar na dinâmica espacial da cidade ao longo do tempo e sua atual ligação com o entorno. Em virtude de uma rede de circunstâncias já enumeradas na Introdução, referentes a um reconhecimento tardio por parte dos órgãos de preservação, do valor singular do patrimônio cultural em áreas situadas fora do perímetro dinâmico da formação econômica brasileira – respectivamente a zona da mata canavieira, em especial Pernambuco e Bahia; o quadrilátero aurífero, nas Minas Gerais; e a lavoura do café, em São Paulo e no Rio de Janeiro –, regiões inteiras foram negligenciadas, dentre elas o Ceará. O processo de ocupação da capitania esteve intimamente atrelado à pecuária extensiva e à cultura do algodão, marcado pela ação jesuítica nos aldeamentos e pelo emprego compulsório da força de trabalho indígena. Estes componentes específicos constituem seu diferencial, em termos de patrimônio, e sua conservação demanda ações urgentes, dentre as quais: a formação de uma parceria entre as prefeituras municipais e os órgãos competentes, em âmbito federal e estadual, para elaborar um cadastro dos bens relevantes (isto é, com intenção de tombamento ou tidos como significativos para as respectivas localidades); proceder a uma vistoria técnica de suas condições físicas; propor e executar as intervenções cabíveis à sua preservação.

Além dos mecanismos legais de proteção, cabe ainda redefinir, em médio prazo, o uso contemporâneo das edificações em tela, tanto na capital quanto nas demais cidades. Em alguns dos Municípios, o patrimônio histórico por vezes data de primórdios do século XX e, apesar de sua constituição aparentemente recente, é o que restou de um projeto de desenvolvimento alheio à memória e à cultura dos lugares. Sem qualquer ingerência preventiva e prospectiva, em poucos anos certos Municípios estarão condenados ao eterno presente, desprovido das referências que sedimentam seus valores, crenças e atitudes. As medidas específicas para a dinamização das edificações com intenção de tombamento são:

Tabela PAT 02. Quadro de intervenções propostas nos bens com intenção de tombamento

Fortaleza
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação e integração em roteiro de visitação turística – Corredor da Rua João Moreira – dos seguintes prédios: a Associação Comercial, o Teatro Carlos Câmara, o Forte de Nossa Senhora da Assunção, a Santa Casa de Misericórdia e os galpões da Estação, ao lado de bens já tombados (SUCAP/COELCE, Passeio Público, Estação João Felipe, Cadeia Pública), dada sua proximidade espacial e pertinência histórica. Obras de conservação e integração em roteiro de visitação turística do Palacete Thomaz Pompeu e do Mausoléu Castello Branco
<ul style="list-style-type: none"> Integração do Palácio do Comércio no Núcleo do Rosário, criando um conjunto arquitetônico de grande valor histórico, que compreende edificações já tombadas (Palácio da Luz, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Praça General Tibúrcio, Assembléia Provincial).
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação e integração em roteiro de visitação turística – Núcleo do Carmo – o Instituto do Ceará (Palacete Jeremias Arruda), a Associação dos Merceeiros e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação e integração em roteiro de visitação turística – Núcleo da Sé – a Praça da Sé, o prédio da FEBEM (antigo Hotel Central), o Monumento a Dom Pedro II, o Palácio do Bispo/Paço Municipal e o Centro de Referência do Professor (antigo Mercado Central).
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação e integração em roteiro de visitação turística – entorno do Centro Cultural Dragão do Mar – um casario antes ligado às atividades portuárias (galpões, armazéns, estivas) e, atualmente, voltado à cultura e ao entretenimento (restaurantes, bares, oficinas de arte), além do Teatro São José/Círculo Operário, do Seminário da Prainha, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, do Monumento à Independência do Brasil (Praça do Cristo Redentor) e da antiga Alfândega.
<ul style="list-style-type: none"> Obras de restauro: Igreja do Patrocínio, Igreja de São Bernardo.
<ul style="list-style-type: none"> Transformar a Secretaria da Fazenda em um elo de ligação entre o entorno do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Corredor da Rua João Moreira.
<ul style="list-style-type: none"> Definição de uso do Mercado dos Pinhões, ainda pouco aproveitado frente a seu potencial turístico.
<ul style="list-style-type: none"> Integração em roteiro de visitação turística – Praça José de Alencar – o Monumento a José de Alencar, a Igreja do Patrocínio, a Casa de Juvenal Galeno e o Theatro José de Alencar, este último tombado pela União.
Trairi
<ul style="list-style-type: none"> Obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Livramento.
Itapipoca
<ul style="list-style-type: none"> Obras de restauração da Casa de Câmara e Cadeia, do Conjunto Histórico de Arapari (Igreja de Nossa Senhora das Mercês e casario do entorno) e da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da Zona de Uruburetama (Martagão Gesteira). Obras de conservação e adequação de uso: Casa de Câmara e Cadeia, Sanharão
Camocim
<ul style="list-style-type: none"> Obras de conservação do prédio da Estação Central da Estrada de Ferro de Sobral. Obras de restauro e adequação de uso da casa do engenheiro e três outras residências contíguas (complexo ferroviário).

Continuação da Tabela PAT 02

- Inclusão de um projeto de preservação patrimonial para o complexo ferroviário, dada a inclusão destas edificações no Parque Urbano de Camocim, previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município.

Aquiraz

- Integração das ruínas do Hospício dos Jesuítas e da casa do capitão-mor, no entorno tombado do centro histórico (Mercado da Carne, Casa de Câmara e Cadeia, Igreja Matriz de São José de Ribamar).
 - Prospecção arqueológica das ruínas do Hospício dos Jesuítas, com grande potencial turístico e aprofundamento dos estudos sobre edificações coloniais de grande porte localizadas no Ceará.
 - Valorização do casario de entorno, ao lado da Praça Cônego Araripe (centro histórico), com intervenção nas fachadas, a fim de harmonizar o conjunto arquitetônico local.
 - Inclusão do centro histórico de Aquiraz nos roteiros turísticos, uma vez que o Município recebe grande fluxo de visitantes em suas praias (especialmente o parque temático Beach Park), o que promoveria uma diversidade de atrativos.
-

(Elaboração: Ruschmann Consultores, 2002)

Os bens não protegidos por lei e sem previsão de tombamento, mas significativos para os habitantes de suas respectivas localidades, igualmente necessitam de amparo legal, vistorias técnicas e maiores pesquisas que revelem sua diversidade histórica e cultural, assim como o emprego que podem vir a ter para a qualificação do turismo nas áreas que os circundam associando-se à riqueza dos atrativos naturais. Tais edificações merecem especial atenção dos órgãos competentes, pois sua reivindicação por conservação institucional e estudos sistemáticos parte da escala local, denotando o interesse de gestores e da população dos Municípios pelo patrimônio como suporte da memória e dos costumes adstritos a determinada região. Importa mencionar, ainda, a singularidade destes bens, que em sua materialidade testemunham não somente a produção econômica ou um legado técnico dos padrões construtivos, mas remetem ao modo de vida dos sujeitos históricos, com suas festas, tradições e ensinamentos transmitidos ao longo das gerações.

Dentre os Municípios enumerados adiante, cabe destacar: Caucaia, dotada de um precioso mostruário da arquitetura rural do século XIX distribuído em seus distritos sob a forma de igrejas, capelas e casas de fazenda – paisagem favorável à instalação de hotéis-fazenda, tendo em vista sua proximidade com a clientela potencial de Fortaleza e o grande número de edificações ali situadas; Camocim, cuja relevância arquitetônica vem sendo recentemente percebida, valendo salientar sua qualidade particular na conjunção de grandes atrativos naturais com o patrimônio histórico e os lugares de memória – proximidade alvissareira, que pode impulsionar sobremaneira o afluxo de visitação ao município; e Paracuru, em cuja sede está um complexo manufatureiro (casa de farinha e engenho de rapadura) ainda em atividade e que poderia ser facilmente incluída em roteiros turísticos, possibilitando ao visitante conhecer aspectos culturais da região, a exemplo da sociabilidade local (com a farinhada, que reúne familiares e vizinhos em determinadas épocas do ano) e a estrutura técnica de beneficiamento de dois pilares da dieta popular do cearense que remontam ao período colonial – a farinha de mandioca e a rapadura (usuais substitutos da farinha de trigo – ingrediente europeu – e do açúcar – artigo para exportação).

Seguem algumas recomendações que, se bem aplicadas, certamente redundarão na melhoria das condições físicas destas edificações e na sua inclusão em roteiros turísticos, propiciando uma ampliação da experiência do visitante, não raro, limitado ao binômio sol e praia:

Tabela PAT 03. Intervenções propostas nos bens de interesse da política cultural dos Municípios

Caucaia
Obras de restauro: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.
Paracuru
Obras de conservação: Casa de farinha e engenho de rapadura, da residência da família Góes Batista.
Paraipaba
Obras de conservação da “Casa Amarela”.
Camocim
Obras de restauro: Mercado Público, Empresa de Algodão Ltda., prédio da Usina de Luz e Força.
Obras de conservação: Associação Comercial.

(Elaboração: Ruschmann Consultores, 2002)